

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021**

**SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA**

**OBJETOS: MONITORES DE VÍDEO CLÍNICO**

**MODALIDADE: PESQUISA DE PREÇOS**

**VALOR GLOBAL MÁXIMO: R\$ 20.540,00 (Vinte mil, quinhentos e quarenta reais).**

**TIPO DA PESQUISA DE PREÇOS: MENOR PREÇO**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até 25.jan.2022.**

**RESPONSÁVEL PELA AQUISIÇÃO: [sara.dias@hpp.org.br](mailto:sara.dias@hpp.org.br)**

**DOCUMENTOS QUE COMPÕE ESTA EDITAL**

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III – ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO QUE SERÁ SOLICITADO APÓS HABILITAÇÃO TÉCNICA AO FORNECEDOR QUE LOGRAR VENCEDOR

ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

ANEXO VIII – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI

ANEXO IX – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS DO HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021**

**ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1. DOS OBJETOS**

MONITORES DE VIDEO CLÍNICO				
Qtde.	UN	Especificação	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
02	UN	<p><b>MONITOR DE VIDEO CLÍNICO</b> <b>CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- TECNOLOGIA DE TELA: IPS</li> <li>- TAMANHO DE TELA ATIVA (DIAGONAL): 772 MM (304 POL)</li> <li>- TAMANHO DE TELA ATIVA (H X V): 654 X 409 MM (25,8 X 16,1')</li> <li>- RELAÇÃO DE ALTURA E LARGURA (H:V): 16:10</li> <li>- RESOLUÇÃO: 6 MP NATIVOS (3280 X 2048 PIXELS) CONFIGURÁVEL PARA 2 X 3 MP + (1640 X 2048 PIXELS) CONFIGURÁVEL PARA 2 X 3 MP (1536 X 2048 PIXELS)</li> <li>- DISTÂNCIA ENTRE PONTOS: 0,1995 MM</li> <li>- IMAGEM: A CORES E CINZA</li> <li>- PROFUNDIDADE DE BITS: 30 BITS</li> <li>- ÂNGULO DE VISUALIZAÇÃO (H, V): 178°</li> <li>- TECNOLOGIA DE LUMINÂNCIA UNIFORME (ULT): PPU EM CORES COR ESTÁVEL.</li> <li>- PREDEFINIÇÕES DE LUZ AMBIENTE: SIM, SELEÇÃO DA SALA DE LEITURA</li> <li>- SENSOR DE LUZ AMBIENTE</li> <li>- SENSOR FRONTAL: SIM, I-GUARD</li> <li>- LUMINÂNCIA MÁXIMA (PAINEL TÍPICO): 1050 CD/M<sup>2</sup></li> <li>- LUMINÂNCIA CALIBRADA DO DICOM: 600 CD/M<sup>2</sup></li> <li>- RAZÃO DE CONTRASTE (TÍPICO DO PAINEL): 2000: 1</li> <li>- TERNO DE RESPOSTA ((TR + TF)/2) (TÍPICO): 18 MS</li> <li>- SINAIS DE ENTRADA DE VÍDEO: 2 DISPLAYPORT 1.2</li> <li>- SINAIS DE SAÍDA DE VÍDEO: 1 DISPLAYPORT (MST)</li> <li>- PORTAS USB: 1 USB 2.0 UPSTREAM (PONTO FINAL) 2 USB 2.0 DOWNSTREAM 1 USB 2.0 DOWNSTREAM COM FUNCIONALIDADE DE CARREGAMENTO DE ALTA POTÊNCIA</li> <li>- CLASSIFICAÇÃO ELÉTRICA: DE 100 A 240 VCA. 50/60 HZ, DE 3,6 A 1,6 A</li> <li>- CONSUMO DE ENERGIA: 80 W (NOMINAIS) @ LUMINÂNCIA CALIBRADA DE 600 CD/M<sup>2</sup></li> <li>- INCLINAÇÃO -5° A +25°</li> <li>- ROTAÇÃO 30° A +30°</li> <li>- INTERVALO DE AJUSTE DE ALTURA 100 MM</li> <li>- PADRÃO DE MONTAGEM VESA (100 MM)</li> </ul>	R\$ 13.832,06	R\$ 27.664,12

PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022 – TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021  
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE.



**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- PROTEÇÃO DE TELA TAMPA PROTETORA DE VIDRO ANTIRREFLEXO</li> <li>- TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0° C A 35° C (10° C A 30° DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES)</li> <li>- TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -20 ° C A 60° C</li> <li>- UMIDADE DE OPERAÇÃO: 20% A 85% (SEM CONDENSAÇÃO)</li> <li>- UMIDADE DE ARMAZENAMENTO: 20% A 85% (SEM CONDENSAÇÃO)</li> <li>- PRESSÃO OPERACIONAL: 70 KPA NO MÍNIMO</li> <li>- PRESSÃO DE ARMAZENAMENTO: 50 A 106 KPA</li> <li>- DEVE ACOMPANHAR: SOFTWARE DE QA DISCO DE DOCUMENTAÇÃO DADOS DO SISTEMA CABOS DE VÍDEO CABO DE REDE CABO USB</li> </ul> <p><b>Deve fazer parte da oferta da proposta todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento do objeto, mesmo que não esteja listado na descrição.</b></p> <p><b><u>A PROPOSTA DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DE CATÁLOGO DEMONSTRATIVO DO ITEM.</u></b></p>		
COMPLEMENTAÇÃO DO DESCRITIVO TÉCNICO			
GARANTIA:	Fornecedor deverá oferecer no mínimo 05 (cinco) anos de garantia.		
REGISTRO/CERTIFICAÇÕES:	ANVISA OU INMETRO		
ASSISTÊNCIA TÉCNICA:	Online		
MANUAL DE SERVIÇO/OPERAÇÃO:	SIM		
PRAZO DE ENTREGA:	30 dias (trinta) dias contados à partir da retirada da ordem de compra.		

**Nos preços cotados, deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, e quais quer outros que incidam direta e indiretamente no fornecimento do objeto.**

## 2. REQUISITOS LEGAIS:

2.1. O fornecedor deverá atender a todos os requisitos e normas legais, seja em âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

## 3. CONDIÇÕES

3.1. O pagamento do valor do objeto será efetuado em até **28 (vinte e oito) dias úteis**, condicionado à apresentação e aprovação da respectiva fatura/Nota Fiscal, juntamente a Certidão Negativa dos Tributos Federais e da Dívida Ativa e Certificado de Regularização de Situação para com o FGTS (CRS) para a Contratante. O pagamento será realizado diretamente ao fornecedor, **que deverá informar na Nota**

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021**

**Fiscal, o banco, a agência, o número da conta corrente para crédito dos valores faturados, o número do TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021.**

3.2. O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

**4 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL**

4.1. Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses especificadas nos artigos 77 e 78, da Lei nº. 8.666/93.

4.2. Fica estabelecido o reconhecimento dos direitos da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº. 8.666/93.

4.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE poderá aplicar à contratada as sanções previstas no artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, bem como multa correspondente a 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

**5 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

5.1. A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE, reserva-se no direito de revogar, anular ou transferir o presente processo de compra em caso de interesse público.

5.2. A empresa se responsabiliza por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar à ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.

5.3. A CONTRATADA obriga-se a demonstrar, a qualquer tempo, o cumprimento das Leis e Regulamentos específicos, aplicáveis à comercialização do objeto desta Pesquisa de Preços.

5.4. A CONTRATADA não poderá transferir os direitos e obrigações decorrentes desta Pesquisa de Preços a terceiros.

Curitiba, 14 de janeiro de 2022.



**NÍVIA HANTHORNE NITA**  
**Setor de Licitações**

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021**

**ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

À

**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**

**REF: PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_, telefone de contato nº (00) \_\_\_\_\_, e-mail para contato \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, (estado civil), profissão, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, vem apresentar PROPOSTA para participação na PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022, cujo objeto é a MONITORES DE VÍDEO CLÍNICO, conforme especificações contidas no Anexo I.

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

Razão Social:

CNPJ e Inscrição Estadual:

Representante e Cargo:

Carteira de Identidade e CPF:

Endereço e Telefone:

E-mail de Contato:

Conta Corrente nº \_\_\_\_\_ Agência nº \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_

Item	Qtde.	Unid	Especificação	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
I	XX	XXX		R\$	R\$

**Valor Total do Item: R\$ xxx () – soma de todos os itens.**

**PREÇO: ()** - (Deverá ser cotado, preço unitário e total de cada item, de acordo com o ANEXO I. Não serão aceitas propostas comerciais cotadas em moeda estrangeira.)

1. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os serviços de entrega, incidentes sobre o fornecimento, frete, instalação, benefícios e todos os custos, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

2. Declaro, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso nossa proposta não seja aceita pela Associação, seja qual for o motivo.

**3. O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias.**

4. Declaro ciência de que a contratação dar-se-á mediante a emissão de Ordem de Compra.

5. Prazo de entrega: xxx (xxx) dias, após emissão da ordem de compra.

**6. CONDIÇÕES GERAIS**

A Contratante declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Representante Legal (Carimbo da Empresa)

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021**

**ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO QUE SERÁ SOLICITADO  
APÓS HABILITAÇÃO TÉCNICA AO FORNECEDOR QUE LOGRAR VENCEDOR**

1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como suas alterações, devidamente registrado.
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
3. Certidão Negativa de Débitos Federais e da Dívida Ativa da União.
4. Certidão Negativa de Débitos Estaduais expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.
5. Certidão Negativa de Débitos Municipais;
6. Certificado de Regularidade de Situação para com o FGTS.
7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei Federal nº 12.440/2011;
8. Certidão Negativa de Falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias
9. Declaração de cumprimento do art.7º, XXXIII da CF (ANEXO V).;
10. Declaração de cumprimento dos critérios de qualidade Ambiental e sustentabilidade socioambiental - (ANEXO VI);
11. Declaração de ausência de relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro – Hospital Pequeno Príncipe, nos cargos de direção, gerencia, chefia – (ANEXO VIII);
12. Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (quando aplicável – ANEXO IV).

**Todas as certidões devem estar dentro da validade expressa no documento, caso não conste essa data, o documento terá validade de no máximo 60 (sessenta) dias corridos da sua emissão.**

PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021

ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À  
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO  
REF: PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022

EMPRESA \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_,  
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da  
Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei,  
que esta empresa na presente data, cumpre os requisitos legais para a qualificação como:

- ( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;  
( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº  
123/06.

Declara ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo  
3º da Lei Complementar nº 123.

Local, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021**

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL**

**À**

**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO  
REF: PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022**

(nome da empresa), CNPJ/MF, sediada, (endereço completo) declaro que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº. 9854, de 22.10.99, que altera a Lei nº. 8666/93.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

**1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.**

**2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.**

PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022 – TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021  
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE.







SELIC – HPP

Folhas: \_\_\_\_\_  
Responsável: NHN  
Visto:

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021**

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE  
QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL**

**À**  
**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**  
**REF: PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022**

Para fins de participação na Pesquisa de Preços (indicar o nº. registrado no Edital), o(a) (nome completo do concorrente), CNPJ, sediada(o) (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, notadamente o Decreto Estadual nº. 6.252, de 22 de março de 2006, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)

---

PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022 – TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021  
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE.



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO  
HOSPITAL INFANTIL PEQUENO PRÍNCIPE - HOSPITAL DE CRIANÇAS CÉSAR PERINETTA  
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PEQUENO PRÍNCIPE - IESPP  
INSTITUTO PELÉ PEQUENO PRÍNCIPE - Pesquisa em Saúde da Criança e do Adolescente  
*Cuidando crianças desde 1919*  
R. Desembargador Motta, 1070 - Água Verde - Curitiba-PR - 80250-060  
Tel: +55 41 3310-1010 - Fax: +55 41 3225-2291 - info@hpp.org.br - www.pequenoprincipe.org.br  
C.N.P.J.: 76.591.569/0001-30 - Insc. Est.: isento - Insc. Mun.: 5.002.035-943-2

Página 9 de 12

PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

Referente: PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para fins da **PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022**, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE**, nos cargos de direção, gerência, chefia .

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)

PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021

ANEXO VIII – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ



# CERTIDÃO

**CERTIFICO**, a requerimento da parte interessada, que nesta Secretaria da Sétima Vara Federal, Circunscrição Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Estado do Paraná, revendo os autos de **AÇÃO ORDINÁRIA nº 2001.70.00.009675-7**, autuados em 05.04.2001 em que figura como autor **Associação Hospitalar de Proteção a Infância Doutor Raul Carneiro — Hospital Pequeno Príncipe** e como ré a **União Federal** tendo por objeto o pedido de antecipação da tutela e posterior confirmação em sentença no sentido de que seja declarada a inexistência de relação jurídico-tributária que a obrigue ao pagamento do Imposto sobre Importação — II e Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, incidentes sobre as aquisições de bens por ela efetuadas no mercado interno ou externo, destinados à composição de seu ativo fixo ou imobilizado. Certifico, que foi proferida r. sentença julgando procedente o pedido, oportunidade em que a antecipação da tutela foi analisada e deferida. Inconformada, a União apelou sendo que a Segunda Turma do TRF da 4ª Região, por unanimidade, negou provimento à apelação e à remessa oficial. Certifico ainda que o v. acórdão transitou em julgado em 02.04.2002. Certifico, finalmente, que os autos encontram-se em Secretaria aguardando conclusão para despacho. **O REFERIDO É VERDADE E DOU FÊ.** Dada e passada nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dois. Eu, Anderson Alves de Lana, Supervisor de Processamento, a digitei, e eu, Leandro José da Silva, Diretor de Secretaria, a conferi e subscrevi.



**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 007/2022  
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 017/2021**

**ANEXO IX – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS DO HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO  
CENTRAL DE CURITIBA  
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA - PROJUDI  
Rua Padre Anchieta, 1287 - 2ª andar - Champagnat - Curitiba/PR - CEP: 80.730-000 -  
Fone: (41) 3561-7956**

Processo: 0001215-47.2001.8.16.0004  
Classe Processual: Execução Contra a Fazenda Pública  
Assunto Principal: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução  
Valor da Causa: R\$5.000,00  
Exequirente(s): ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO  
Executado(s): ESTADO DO PARANÁ  
FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

**CERTIDÃO EXPLICATIVA**

CERTIFICO, para os devidos fins que tramitam nesta secretária, no sistema de processo eletrônico (PROJUDI) o PROCEDIMENTO ORDINÁRIO com PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (atualmente em fase de Execução contra a Fazenda) sob nº 0001215-47.2001.8.16.0004 (nº de distribuição 635 de 06/04/2001) e número físico antigo 308/2001, ajuizada por ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO em face de ESTADO DO PARANÁ, cujo valor dado à causa em petição inicial foi de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

CERTIFICO AINDA que:

I – Conforme pedido constante da inicial (fls. 20 dos autos físicos – mov. 1.4 dos autos virtuais) buscou a parte autora com a presente medida a declaração judicial de inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuadas pela Autora, seja no mercado interno ou externo, destinados a composição de seu ativo fixo (patrimônio).

II – Em sede de antecipação de tutela o pedido não foi deferido, no entanto foi proferida sentença de procedência, cuja a parte dispositiva segue transcrita (04/04/2002 fls. 166/171 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais):

“...Isto posto, julgo procedente o pedido, declarando a inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuados pela autora, no mercado interno e externo, dedicados à composição de seu ativo fixo (patrimônio). Condeno o Estado requerido ao pagamento de das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios os quais arbitro em R\$800,00...”

VI – Em sede de Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0130324-6 (10/12/2002 fls. 358/367 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais), houve modificação parcial da sentença, apenas no tocante ao valor dos honorários advocatícios, conforme ementa a seguir:

“ICMS IMUNIDADE TRIBUTÁRIA ASSISTÊNCIA SOCIAL. ENTIDADE DE Na forma do art. 150, inc. VI, alínea c, da CF/88, está imune ao ICMS a entidade de assistência social. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONDENATÓRIA. SENTENÇA NÃO CONDENATÓRIA. Não se tratando de sentença condenatória, a fixação dos honorários advocatícios deve obedecer ao § 4º do art. 20 do PC. Neste caso, é imperioso seja observada a natureza da demanda, considerando-se sobretudo o aspecto e tratar-se de matéria complexa ou, de outro lado, de tema que tenha sido objeto de copioso volume e julgados, bem como o fato de a demanda não ter necessitado de produção de provas periciais ou da realização da audiência de instrução, o que determinará a fixação da verba advocatícia em patamar em excessivo, nem diminuto, muito menos aviltante. De conseguinte, é provido o apelo da Autora para o fim de ser estatuída na quantia de (fls. 367 dos autos físicos, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) os honorários advocatícios.” mov. 1.7 dos autos virtuais.”

VII – Ao Recurso Extraordinário interposto pelo Estado do Paraná, foi negado seguimento 130.324-6/01 (1º/12/2003 fls. 404 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Contra esse decisão foi interposto Agravo de Instrumento ao Supremo Tribunal Federal (certidões de fls. 408/411 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Não consta dos autos virtuais a decisão do Agravo de Instrumento, no entanto em consulta ao site do STF identifiquei o recurso autuado sob o nº A 504650, ao qual foi negado seguimento, cuja certidão transitou em julgado em 2004, conforme tela de consulta anexa;

VIII – O feito atualmente está em fase final de cumprimento de sentença (Execução contra a Fazenda Pública), tendo sido pagos os valores devidos pelo Estado do Paraná e inclusive levantados os valores pela parte exequente (mov. 1.92/1.93). Quanto aos valores devidos aos Procuradores do Estado do Paraná a título de honorários (decorrentes da sentença dos embargos à execução – mov. 1.24), estes também já foram levantados, conforme petição e documentos de mov. Seq. 31.

IX – Em complemento à certidão de mov. Seq. 37.1, informo que nesta data o ESTADO DO PARANÁ foi intimado para manifestar-se ante o cálculo de custas remanescentes.

ERA SOMENTE O QUE ME FOI PEDIDO PARA CERTIFICAR. DOU FÉ.

Curitiba, 27 de novembro de 2015.

Léa Cristina de Carvalho Sutil

Técnica Judiciária

*INFORMAÇÃO: A presente certidão explicativa está assinada digitalmente. Para constar a chancela do Poder Judiciário nesta certidão, deve a parte interessada imprimir-la através dos seguintes passos: botão "navegar", opção "exportar processo", botão "desmarcar todos", selecionar o arquivo interessado e, por fim, clicar no botão "exportar".*

*Para exportar o processo, deverá a parte interessada acessar o Sistema ProJudi nos horários a seguir informados: Entre 06:00 às 11:00 e 20:00 às 23:00.*

